



CAMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO - BRASIL

N.º

LEI Nº 23

Autoriza a Prefeitura Municipal de Corumbá a contrair um empréstimo de CR\$ 9.000.000,00 (NOVE MILHÕES DE CRUZEIROS), com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e dispõe sobre a garantia do referido empréstimo e seu respectivo emprego.

A CAMARA LEGISLATIVA DE CORUMBÁ decreta e o Prefeito Municipal sanciona e vai executar a presente lei.

Artº 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso, Brasil, autorizada a realizar uma operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, ate a quantia de CR\$ 9.000.000,00 (NOVE MILHÕES DE CRUZEIROS) a taxa de juros de 9% a.a. (NOVE POR CENTO), destinada ao pagamento do empréstimo de CR\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS), contraído de acôrdo com a Lei nº 8 de 29 de janeiro de 1948 e as despesas com os serviços de calçamento e construção da rede de esgoto desta cidade.

Artº 2º - O prazo de resgate será de quinze (15) anos, com amortizações mensais.

Artº 3º - As importâncias necessárias à amortização do empréstimo, serão incluídas nos orçamentos anuais do município.

Artº 4º - Em garantia e como caução do empréstimo a ser contratado com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, fara a Prefeitura a emissão especial de quinze mil (15.000) títulos do valor nominal de um mil cruzeiros (CR\$ 1.000,00) cada um, a juros de 9% a.a. (NOVE POR CENTO), pagaveis em janeiro e julho de cada ano, para resgate em quinze anos, devendo os mesmos ser admitidos à cotação da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro.

Artº 5º - Os títulos de que trata o artº 4º, poderão ser emitidos em cautelas.

§ 1º - Logo que a Caixa Economica Federal do Rio de Janeiro julgar necessário, a Prefeitura emitira os títulos definitivos e, se o não fizer dentro do prazo máximo de noventa dias, da solicitação da Caixa Economica, podera esta emití-los, por conta da Prefeitura, ficando, desde ja investida dos poderes necessarios para autenticar os referidos títulos em nome da Prefeitura, e promover todos os atos que forem necessarios a sua alienação.

Artº 6º - Para garantia das obrigações assumidas com a emissão dos títulos referidos no artº 4º, a Pre



CAMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO - BRASIL

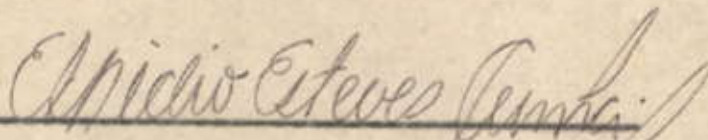
N.º _____

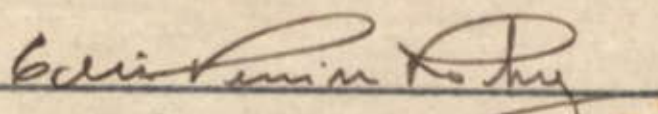
feitura destinará, enquanto estiverem em vigor os títulos ou empréstimo que eles garantem, a renda proveniente da arrecadação da taxa de água e do Imposto Predial.

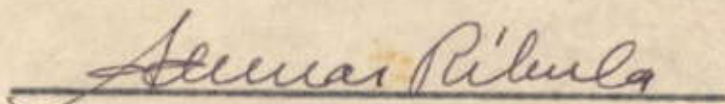
§ 1º - No caso de deixar de ser feita pela Prefeitura a arrecadação dos tributos enumerados neste artigo, o Prefeito Municipal, dentro do prazo máximo de trinta dias e depois de ouvida a Caixa Economica Federal do Rio de Janeiro, expedirá decreto vinculando ao cumprimento da obrigação a taxa ou imposto para esse fim suficientes.

Artº 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

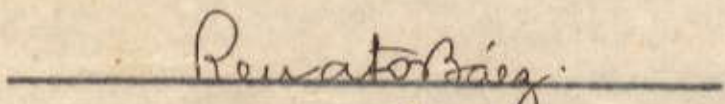
Corumbá, 29 de março de 1 950

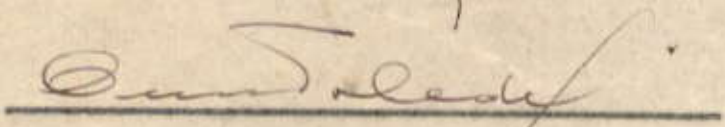

ELPIDIO ESTEVES CUNHA
Presidente


EDÚ PEREIRA ROCHA
1º Secretário


DR. ADEMAR REBULA


ARMANDO HELIO CAVASSA


RENATO BIEZ


OSCAR TOLEDO